

PRZEWORSKY E SUA CRÍTICA ÀS "RECENTES TEORIAS MARXISTAS DO ESTADO"

*IZILDO CORRÊA LEITE**

O que leva os Estados, nas sociedades capitalistas, a alocar recursos para a implementação das políticas públicas que põem em prática? Ou, em termos muito simples: **por que** esses Estados fazem o que fazem?

Em 1990, foi publicada a edição original de um livro em que Adam PRZEWORSKY (1995) faz uma análise crítica das "três posições teóricas básicas" a partir das quais se busca dar conta da questão acima. Eis como ele sintetiza as **respostas** dos adeptos de cada uma delas: "os Estados respondem às preferências dos cidadãos, os Estados procuram realizar seus próprios objetivos, e, finalmente, os Estados agem segundo o interesse dos que possuem riqueza produtiva." (PRZEWORSKY, 1995: 8) Considera-as as "três maiores visões da relação entre o Estado e a economia", no capitalismo (PRZEWORSKY, 1995: 10), e a cada uma dedica uma parte do livro (O governo do povo; O governo do Estado; O governo do capital).

De acordo com o autor, a terceira daquelas visões é a que está presente nas "recentes teorias marxistas do Estado", que "floresceram durante as décadas de 1960 e

1970" (PRZEWORSKY, 1995: 89 e 97).¹ O **objetivo** deste artigo é comentar alguns aspectos da crítica de PRZEWORSKY (1995) a tais teorias.² Desde já, porém, devem ficar claras as limitações deste meu trabalho. Em primeiro lugar, PRZEWORSKY contempla uma **vasta quantidade** de autores e respectivas obras. Há que considerar, em segundo lugar, a **acentuada complexidade** das relações entre o Estado e a sociedade, no capitalismo atual. Ora, avaliar adequadamente as formulações críticas de PRZEWORSKY exigiria confrontar **seus argumentos** não apenas com o conteúdo das várias **obras** que analisa: também seria preciso cotejá-los **empiricamente** com, pelo menos, os **aspectos mais relevantes do Estado**, tal como se apresenta nas sociedades capitalistas contemporâneas. Efetuar esses dois confrontos com um certo grau de minúcia viria a constituir-se num empreendimento de muito maior vulto do que aquilo que me proponho neste artigo.

Assim, limito-me ao seguinte. No item 1, faço uma breve abordagem daquilo que mesmo David EASTON (1982: 133), crítico da perspectiva fundada por MARX, classifica como "célebre debate", ocorrido no interior

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Sociologia pela UNICAMP e doutorando em Sociologia na UNESP (Câmpus de Araraquara).

do marxismo no final dos anos 60, contrapondo Nicos POULANTZAS e Ralph MILLIBAND. Restrinjo-me aos pontos desse debate que possam contribuir para **pôr à prova** — ainda que apenas **parcialmente** — a análise das "recentes teorias marxistas do Estado" feita por PRZEWORSKY (1995). No item 2, apresento, em linhas gerais, as características que este último autor atribui a tais teorias. O próximo passo é, no item 3, comentar a maneira como ele encara o Estado na concepção do próprio MARX, relativamente à reprodução do capitalismo. No item 4, exponho e procuro comentar algumas das principais críticas de PRZEWORSKY (1995) às "recentes teorias marxistas do Estado", privilegiando suas observações sobre os dois autores enfocados no item 1. Ainda no item 4, valendo-me do caráter de todo **atual** da realidade referida por certas ponderações do próprio PRZEWORSKY (especialmente o que ele denomina "revolução neoliberal"), levanto alguns pontos que, a meu ver, merecem estar presentes na discussão sobre as relações entre o Estado e a sociedade no capitalismo de hoje.

1. UM DEBATE NO INTERIOR DO MARXISMO: MILIBAND E POULANTZAS

Em 1968, foi publicado na França o livro **Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste**, de Nicos POULANTZAS (1973). Classificando essa obra como marxista, o autor buscava demonstrar que os "clássicos do marxismo" não haviam produzido, de modo **sistemático**, uma teoria da "região do político" (POULANTZAS, 1973: 12), produção para a qual ele mesmo

procurava contribuir, com o título citado. No ano seguinte, veio a público, na Inglaterra, outro trabalho identificado com o pensamento marxista e cujo objeto de estudo era igualmente o Estado capitalista: **The State in the Capitalist Society**, de Ralph MILIBAND (1972). Este, após declarar que MARX "jamais tentou um estudo sistemático do Estado" (MILIBAND, 1972: 16), afirmava que, do ponto de vista do marxismo, a questão exigia "uma elaboração muito mais cuidadosa" do que aquela que lhe tinha sido dada até então (MILIBAND, 1972: 17-8).

Tínhamos, pois, dois autores autodefinidos como marxistas, que viam deficiências na abordagem do Estado feita até o momento pelo marxismo e que se propunham contribuir para superar as lacunas que apontavam. Apesar dessas identidades, iniciou-se um interessante debate entre ambos, logo após a publicação do citado livro de MILIBAND. Ainda em 1969, POULANTZAS publicou na **New Left Review** um artigo (The Problem of the Capitalist State) criticando em vários pontos o trabalho de MILIBAND e ratificando as posições que ele próprio assumira em sua obra já mencionada. O número seguinte do mesmo periódico trouxe um artigo de MILIBAND (The Capitalist State : Reply to Nicos Poulantzas), em que este procurava defender seus pontos de vista e fazer algumas críticas à postura de POULANTZAS. Mais tarde, os dois artigos foram reunidos numa publicação portuguesa (MILIBAND, 1975; POULANTZAS, 1975), utilizada para a elaboração deste trabalho.³

A seguir, abordo alguns dos principais pontos de convergência e de divergência entre esses dois autores, tomando por base seus quatro trabalhos citados acima.

Tanto para POULANTZAS quanto para MILIBAND, a sociedade cujo Estado tomam por objeto de estudo é, antes de mais nada, **capitalista**⁴ e, como tal, dividida em classes antagônicas. Embora diverjam quanto à **composição** da classe dominante — a burguesia —, concordam quanto a que o Estado desempenha um **papel favorável** à reprodução do capitalismo, de sua estrutura de classes e, por consequência, da dominação que os caracteriza. POULANTZAS (1975: 20)⁶ considera que "o Estado ... é o **fator de coesão de uma formação social e o fator de reprodução das condições de produção de um sistema** que, por si, determina a dominação de uma classe sobre outras ..." Já de acordo com MILIBAND (1972: 322), "o Estado, naquelas sociedades de classe, é antes de mais nada e inevitavelmente o guardião e protetor dos interesses econômicos que nela estão dominando. Seu objetivo e missão 'real' é assegurar o seu predomínio continuado, e não impedi-lo."

Sendo assim, passo às **explicações** desses autores para o papel que atribuem ao Estado, no capitalismo. Veremos que eles **divergem profundamente** sobre o assunto.

Começemos por MILIBAND. Para ele (1972: 67), o Estado não é senão "um número de determinadas instituições que em seu conjunto constituem a sua realidade e que interagem como partes daquilo que pode ser denominado o sistema estatal." Integram o "sistema estatal": o governo (central), a administração (que o autor considera estender-se muito além da tradicional burocracia), as forças militares e a polícia, o judiciário, os governos subcentrais e as assembleias de caráter legislativo (parlamentos) (MILIBAND, 1972: 67-73). Por sua vez, as "pessoas que ocupam as

posições dirigentes em cada uma dessas instituições" compõem a "elite estatal" (MILIBAND, 1972: 72-3).

Resta explicar por que a elite estatal contribui para a preservação do capitalismo, atuando no interesse da classe dominante. Ou seja: é necessário enumerar as razões pelas quais "os detentores do poder estatal" são "agentes do poder econômico privado" (MILIBAND, 1972: 73-4).

O autor deixa claro que a burguesia, "como classe", não governa (MILIBAND, 1972: 74). Mas afirma que ela tem voz ativa e forte influência nas diversas instituições que compõem o sistema estatal. Apenas em parte isso deve-se à presença **direta e pessoal** de membros da classe dominante na elite estatal — uma participação relativamente **pouco expressiva**, embora **não deva ser subestimada**, como ocorre com frequência (MILIBAND, 1972: 74-9). Valendo-se de grande quantidade de **dados empíricos**, MILIBAND (1972: 79-84) procura demonstrar que as **causas principais** da forte influência burguesa nas instituições estatais encontram-se:

a) na "composição social da elite estatal", isto é, no fato de que, em sua "maioria esmagadora", os membros dessa elite são recrutados nas classes médias e altas, justamente as classes às quais pertencem os empresários, em termos econômicos e sociais;

b) na "desigualdade de oportunidades" de acesso ao "tipo de educação e treinamento exigidos para galgar até as posições de elite dentro do sistema estatal", oportunidades essas muito pouco disponíveis aos membros das "classes subordinadas", e

c) na filiação dos componentes da elite estatal a um "segmento relativamente reduzido da população", fato que gera "ligações de parentesco e amizade" e "desenvolve um sentimento de valores comuns" entre essa elite e o empresariado.⁸

Nesse sentido, afirma o autor:

"O que os fatos sugerem de maneira conclusiva é que, em termos de origem social, educação e situação de classe, os homens que ocupam⁹ todos os postos de comando do sistema estatal provêm, em grande medida e em muitos casos em sua maioria esmagadora, do mundo de negócios e da propriedade, ou das classes médias profissionais." (MILIBAND, 1972: 87)¹⁰

Resulta dessa situação que, apesar de "suas diferenças e diversidades políticas, sociais, religiosas, culturais e outras", os integrantes da elite estatal apresentam forte tendência a ter "em comum pelo menos uma crença básica e geralmente explícita na validade e nas virtudes do sistema capitalista", na "validade do ... sistema de 'livre empresa'" (MILIBAND, 1972: 90 e 92).

Passemos, agora, a POULANTZAS, que explica de modo **muito diverso** o papel do Estado em favor da manutenção do capitalismo. Já sabemos que, para ele, o Estado é o "fator de coesão" de uma formação social e o "fator de reprodução" das condições de produção de um sistema que, por si, determina a dominação de classe. Vejamos por quê.

Ligado ao "marxismo estruturalista", POULANTZAS (1973: 43) considera que uma "formação social" é uma "estrutura" constituída de "vários níveis separados por um desenvolvimento desigual". Tais níveis ou instâncias são o econômico, o jurídico-político e o ideológico. O Estado situa-se no nível jurídico-político, mas não é o

responsável pela "ordem" apenas nessa instância seu "**papel global... é um papel político**" (POULANTZAS, 1973: 52) porque consiste em manter a **coesão do todo da formação social**, isto é, a **unidade dos diversos níveis** que a compõem:

"... o Estado detém ... uma função de 'ordem', de ordem política, sem dúvida - nos conflitos políticos de classe -, mas também de ordem global - de organização em sentido amplo - , enquanto fator de coesão da unidade. " (POULANTZAS, 1973: 51)

O que leva o Estado a cumprir esse papel? Segundo o autor, a "função global de coesão" que cabe ao Estado "é-lhe atribuída por seu lugar" na estrutura da formação social (POULANTZAS, 1973: 52). Trata-se de algo determinado **estruturalmente**, por **relações objetivas** existentes entre as classes sociais e o Estado, relações das quais os homens são apenas "suportes":

"... as classes sociais e o Estado ... [são] estruturas objectivas e as suas relações ...um sistema objectivo de conexões regulares, uma estrutura e um sistema cujos agentes, os 'homens', são, na terminologia de Marx, os seus 'suportes' - Träger [sic]." (POULANTZAS, 1975:13)¹¹

Pois bem: se ao Estado cabe um "papel objectivo" (POULANTZAS, 1975: 21), determinado estruturalmente; se os homens são apenas "suportes" de estruturas e relações objetivas; se, portanto, os homens não podem ser considerados o "princípio genético" da realidade social (POULANTZAS, 1975: 14) - se é assim, disso tudo resulta que:

a) Não se deve, como faz MILIBAND, no dizer de POULANTZAS (1975: 20), "reduzir o papel do Estado às condutas e 'comportamento' dos membros do aparelho de Estado", nem, tampouco, "estabelecer a relação entre a conduta dos membros do aparelho do Estado e os interesses da classe dominante"¹²

b) A "participação directa ou indirecta" da classe dominante "no governo **de forma alguma modifica as coisas**" (POULANTZAS, 1975: 20). Para a burguesia, é mesmo preferível a situação em que seus membros "não participam directamente do aparelho de Estado", pois, então, este é "relativamente autônomo em relação às várias facções dessa classe", tornando-se "capaz de organizar a hegemonia do conjunto da classe." (POULANTZAS, 1975: 20 e 22) Trata-se, aqui, da "**autonomia relativa**" do Estado (e da burocracia, tratada a seguir) frente à classe dominante (POULANTZAS, 1975: 22).

c) Na sociedade capitalista, as ações da burocracia — termo que designa "o **grupo social do aparato de Estado**" (POULANTZAS, 1973: 434), "os membros do aparelho de Estado" (POULANTZAS, 1975: 21) — **não dependem** da "origem de classe" de seus componentes, nem de suas "ligações pessoais com a classe dominante". Pelo contrário, aquelas ações são determinadas pela "**função objectiva**" que cabe à burocracia, qual seja, a "realização" do já mencionado "papel objectivo do Estado" (POULANTZAS, 1975: 21).

Devido a tais formulações, MILIBAND (1975: 44), em sua réplica a POULANTZAS, afirma que este, mesmo falando em "**autonomia relativa**" do Estado e da burocracia frente à classe dominante, acaba caindo num "super-determinismo [sic] estrutural", que torna inviável uma "consideração realista da relação entre o Estado e o 'sistema': "o que o Estado faz é completamente determinado, em todos os pormenores e sempre, por ... 'relações objectivas". Ademais, MILIBAND (1975: 45) vê **riscos políticos** nessa postura:

"... se a elite do Estado está totalmente presa a estruturas objectivas, não haverá ... nenhuma diferença entre um Estado dirigido, por exemplo, por constitucionalistas burgueses, sejam eles conservadores ou social-democratas, ou um estado [sic] dirigido, por exemplo, por Fascistas [sic]."

Essa breve exposição já basta para mostrar que MILIBAND e POULANTZAS explicam de maneiras muito diferentes entre si o papel que atribuem ao Estado para a reprodução do capitalismo. E quanto a PRZEWORKSKY (1995)? De que modo vê essas duas e as demais "recentes teorias marxistas do Estado" que toma em consideração?

2. COMO PRZEWORKSKY CARACTERIZA AS "RECENTES TEORIAS MARXISTAS DO ESTADO"

Embora procure apontar as especificidades das diversas "recentes teorias marxistas do Estado" que analisa, PRZEWORKSKY (1995: 88, 91, 93 e 108) refere-se a uma "estrutura básica", "geral" ou "comum" a tais teorias. Com as assertivas que apresento a seguir, julgo exprimir de modo razoavelmente fiel suas principais idéias sobre essa estrutura.

a) De início, deve-se esclarecer a **posição de MARX** sobre as relações entre o capitalismo e o Estado, pois ela é **substancialmente diferente** da que é sustentada pelos autores marxistas recentes, afirma PRZEWORKSKY (1995: 92). Considera este (1995: 89 e 92-6) que, segundo MARX, em **O capital** (1973), o Estado "pode ter sido necessário" para a gênese do capitalismo, no período da "acumulação primitiva", mas o mesmo **não** é válido para quando o capitalismo já se encontra **constituído**. A partir de então, esse "sistema de produção e troca" **reproduz-se de modo automático, espontâneo**, como resultado de seu próprio funcionamento. Ele

reproduz as condições de sua própria existência na medida em que, juntamente com a produção material, **recria as relações sociais** sob as quais ocorre essa produção, quais sejam: as relações entre empregador capitalista e assalariado. E, para auto-reproduzir-se, **o capitalismo prescinde de modo absoluto do Estado**, não apenas em termos econômicos (PRZEWORSKY: 1995 92-5), como, também, de um ponto de vista político: "O Estado [segundo MARX] não era necessário para nada, nem mesmo para repelir a ameaça revolucionária dos trabalhadores." (PRZEWORSKY, 1995: 95)

b) "Ou Marx se equivocou, ou o capitalismo mudou", porque "todas as recentes teorias marxistas do Estado" consideram que algumas condições necessárias para a reprodução **espontânea** do capitalismo **não existem nas sociedades capitalistas contemporâneas** (PRZEWORSKY 1995 89). As razões variam segundo os autores analisados, mas a "mais citada é a queda da taxa de lucratividade [sic]", sem desconsiderar um fator ligado ao campo da legitimação: "o capitalismo é ameaçado pela classe trabalhadora." (PRZEWORSKY, 1995: 112 e 109-10)¹³

c) "... apesar de se diferenciarem quanto ao diagnóstico da ameaça à reprodução" (PRZEWORSKY, 1995: 112), aqueles autores concordam quanto aos pontos seguintes. Se o capitalismo não mais cria automaticamente as condições necessárias para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, se esta sobrevivência é um fato, então isso acontece porque "instituições externas ao sistema de produção e troca devem fazer o que quer que seja necessário para a manutenção do capitalismo". E "o Estado é a única instituição" capaz de propiciar tais

condições: a longevidade do capitalismo "tornou-se possível apenas em razão do papel jogado pelo Estado." (PRZEWORSKY, 1995: 89, 90 e 97)

d) Concretamente, **qual é esse papel? O que o Estado deve fazer para cumprir sua "função"**, que é "reproduzir o capitalismo" contemporâneo (PRZEWORSKY, 1995: 89)? Seu papel básico é contribuir tanto para a **acumulação do capital** quanto para a **legitimação do capitalismo**, para a **paz social** (PRZEWORSKY, 1995 **passim**; especialmente 88-91). Nesse sentido, o Estado cumpre uma série de **funções específicas**,¹⁴ todas voltadas à realização daquelas duas tarefas: "Toda política pública constitui uma tentativa de implementar esses dois objetivos." (PRZEWORSKY, 1995: 91; **negrito meu**)

e) Se é assim, os governos, no capitalismo, não apenas "devem respeitar e proteger" as demandas dos possuidores de "riqueza produtiva": mais do que isso, a "capacidade efetiva" que têm esses governos de atingir objetivos é "circunscrita pelo poder público do capital" E essa é uma "situação ... estrutural", "uma característica do sistema", que independe daqueles que ocupam as "posições governamentais ou dos vencedores das eleições." (PRZEWORSKY, 1995: 87)

Por essas razões, PRZEWORSKY (1995: 88, 114, 124 e 125) classifica **genericamente** as teorias em questão como "funcionalistas": "De acordo com tal esquema, as políticas do Estado constituem 'funções': atividades de uma parte (o Estado) que têm um efeito estabilizador sobre o sistema (capitalista) como um todo." (PRZEWORSKY, 1995: 91) Trata-se, também, por consequência, de "teorias estatais da reprodução do

capitalismo' e não de teorias do Estado" (PRZEWORSKY, 1995: 111):

"... o Estado como instituição nunca está presente nas análises funcionalistas. Como o Estado, por definição, responde invariavelmente às necessidades funcionais de reprodução do capitalismo e como suas políticas, por definição, têm a função de responder a essas necessidades, pode-se partir das necessidades da reprodução sem se preocupar, sequer, com o Estado." (PRZEWORSKY, 1995: 114; negritos meus)

Tais são as características básicas das "recentes teorias marxistas do Estado", segundo PRZEWORSKY. Logicamente, meu próximo passo deveria ser apresentar e comentar algumas de suas **críticas principais** a essas teorias. Antes, porém, julgo importante esclarecer um ponto sobre o qual procuro ser breve, mas que, a meu ver, **não pode ser negligenciado**. Trata-se de uma idéia que funciona quase como uma **premissa** definidora da própria estrutura do texto de PRZEWORSKY, e em relação à qual, parece-me, ele comete **incorrekções**. Refiro-me a sua consideração de que, diferentemente do que ocorre com os autores marxistas recentes que analisa, o Estado, **para MARX**, não tinha **absolutamente nenhum papel** para a **reprodução do capitalismo**, depois de este já estar constituído.

3. MARX, O ESTADO E O CAPITALISMO, SEGUNDO PRZEWORSKY

Como vimos, PRZEWORSKY afirma que, **de acordo com MARX**, o Estado "**pode** [negrito meu] ter sido necessário" para a gênese do capitalismo. Ora, **concorde-se ou não** com o último autor, o **fato** é que ele encarava de **outra** maneira esse assunto. O

capítulo de **O capital** (MARX, 1973, 1: 607-49) referente à "acumulação primitiva" é repleto de afirmações segundo as quais o Estado teve **papel fundamental** no processo de constituição do capitalismo. Como? Por exemplo, contribuindo para a "dissolução dos séquitos feudais", criando "leis grotescamente terroristas" que levavam à "disciplina" exigida pelo "sistema de trabalho assalariado", rebaixando os salários, alongando a jornada de trabalho, mantendo o trabalhador num "grau normal de subordinação", proibindo as coalizões operárias, distribuindo a "protegidos do rei" bens expropriados à Igreja católica após a Reforma etc. Isso - é claro -, sem contar a importância que tiveram o "sistema colonial", o "sistema da dívida pública", o "moderno sistema tributário" e o "sistema protecionista". Não bastasse tudo isso, e ainda de acordo MARX (1974: 401; 1979: 203 e 205), desde muito cedo a burguesia soube valer-se do poder estatal em sua luta política contra o feudalismo.

Mas considero que PRZEWORSKY deforma ainda mais o pensamento do autor de **O capital** em relação a outro assunto. Utilizando-se de citações dessa obra referentes à capacidade que tem o capitalismo de reproduzir-se (no sentido indicado anteriormente), conclui ele que o Estado, para MARX, era absolutamente desnecessário a essa reprodução:

*"Apesar de [MARX] ter planejado continuar **O capital** com um volume dedicado ao Estado, não há nada que pudesse ter escrito. (...) O Estado [de acordo com MARX] não era necessário para nada, nem mesmo para repelir a ameaça revolucionária dos trabalhadores. (...) O conflito de classes, em **O capital**, é no máximo uma fonte de desvios de leis, e as teorias são sobre leis, não sobre desvios. Na teoria de Marx, os trabalhadores competem entre si como indivíduos. Tal competição é suficiente para*

preservar os salários no nível de subsistência e repelir qualquer ameaça que possa resultar de ações coletivas." (PRZEWORSKY, 1995: 92 e 95)

Com efeito, várias passagens de **O capital** afirmam que, uma vez constituído, o capitalismo cria as condições para sua própria perpetuação. Um exemplo: tratando da "separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização de seu trabalho" - o que é indispensável para existirem as relações de trabalho assalariado -, observa MARX (1973, 1: 608): "Quando já se move por seus próprios pés, a produção capitalista não apenas **mantém** essa separação, mas **a reproduz e acentua numa escala cada vez maior.**" Porém, o autor via o capitalismo como uma **realidade contraditória**: as **mesmas** "condições de produção que engendram, garantem e perpetuam" o "predomínio do capital" também criam, por outro lado, condições favoráveis à superação do sistema capitalista, à "expropriação de uns poucos usurpadores pela massa do povo." (MARX, 1973, 1: 627 e 649) Por isso, ao referir-se à "centralização dos capitais", propiciada pelo "jogo das leis imanentes da **própria produção capitalista**" - centralização essa que elimina muitos capitalistas e acentua a "forma cooperativa do processo de trabalho" -, declara ele:

"Conforme diminui progressivamente o número de magnatas capitalistas cresce a extensão da miséria, da opressão, da escravização, da degeneração, da exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa e mais disciplinada, mais unida e mais organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção." (MARX, 1973, 1: 648; negrito meu)

Quando ocorre essa situação, como se coloca o poder estatal, segundo MARX? Não considerando o Estado como monoliticamente dominado pela burguesia,¹⁵

nem o encarando como imune aos **antagonismos que perpassam a sociedade civil**,¹⁶ sustenta o autor:

*"À medida que os **progressos da moderna indústria** [negrito meu] desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado ia adquirindo, cada vez mais, o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe." (MARX, 1979: 203-4)*

Talvez eu faça uma interpretação muito livre do último excerto. Mas, com base numa visão ampla da obra de MARX, parece-me claro que, ali, o autor refere-se a condições propriamente políticas, "externas" à economia, mas que, **de acordo com** ele, são fundamentais para a reprodução do capitalismo, tais como a defesa da propriedade privada, a manutenção das relações sociais que daí decorrem, o impedimento de que o proletariado viesse a colocar em risco a própria sobrevivência do capitalismo etc. Se é válida essa interpretação, então **não** se pode dizer que o Estado, **segundo MARX**, "não era necessário para nada, nem mesmo para repelir a ameaça revolucionária dos trabalhadores."

Mais uma vez, é o caso de passar a palavra ao autor em foco, pois é a ele que PRZEWORSKY atribui tal apreciação acerca do Estado. Em **A guerra civil na França**, fazendo referência à instauração da República parlamentar nesse país, com Luís Bonaparte como presidente, declara MARX (1979: 204; negritos meus) que as várias "facções rivais da classe apropriadora", então unificadas, **"diante da ameaça de um soerguimento do proletariado, serviram-se do poder do Estado**, sem piedade e com ostentação, como se este fosse uma **máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho.**"

De fato, à época de MARX, a presença do Estado na vida econômica e social era muitíssimo menor do que o é hoje¹⁷ — mesmo depois do que PRZEWORSKY (1995: 112) denomina "revolução neoliberal". Também é verdade que MARX não pôde concretizar seu plano de continuar **O capital** com um volume dedicado àquele assunto. Mas, ainda assim, diversas passagens de suas obras referem-se à importância do Estado para a preservação do capitalismo, como, por exemplo, ao propiciar "condições externas" favoráveis à acumulação ou, mesmo, ao legislar em relação ao próprio trabalho fabril, **depois de já constituído o capitalismo** (MARX, 1973, 1:219-41).¹⁸

Julgo que tudo o que acabo de apresentar a esse respeito propicia algumas conclusões. **Concorde-se ou não com MARX**, o fato é que, **de acordo com ele**: *a*) o "conflito de classes" não constitui, "no máximo", mera "fonte de desvios de leis", sendo, pelo contrário, algo inerente às próprias leis de funcionamento do capitalismo, *b*) a competição entre os trabalhadores no mercado de trabalho não é suficiente para "repelir qualquer ameaça que possa resultar de ações coletivas" de sua parte e *c*) de forma alguma a manutenção do capitalismo prescinde absolutamente do Estado. Passo, pois, à parte principal deste artigo.

4. AS PRINCIPAIS CRÍTICAS DE PRZEWORSKY ÀS "RECENTES TEORIAS MARXISTAS DO ESTADO"

A seguir, apresento e procuro comentar algumas das críticas principais que PRZEWORSKY (1995) dirige às "recentes teorias marxistas do Estado". Essas críticas derivam do caráter "funcionalista" que ele

atribui, de modo genérico, a tais teorias. Sendo mencionadas em diversos trechos de seu texto, apenas ao final da exposição de cada uma cito as páginas correspondentes. Como já afirmei, minhas observações a esse respeito levam em conta, principalmente, as obras dos autores que abordo no item 1 deste artigo: POULANTZAS e MILIBAND.

CRÍTICA DE PRZEWORSKY: Uma das grandes **dificuldades** das teorias "marxistas funcionalistas" é **explicar as razões** pelas quais "todos os governos", em sociedades capitalistas, "devem" efetivamente buscar promover "o interesse do capital, do capitalismo ou dos capitalistas". Em outros termos, essa dificuldade encontra-se em esclarecer os mecanismos que levam os indivíduos integrantes das instituições estatais a procurar fazer que o Estado cumpra, de fato, sua "função", que é contribuir para a reprodução das relações capitalistas (PRZEWORSKY, 1995: 88, 89, 106, 115 e 131).¹⁹

No item 1, busquei expor e contrapor os argumentos de MILIBAND e POULANTZAS sobre os fatores que explicam a atuação dos dirigentes do Estado. Assim, de início, trato apenas de como a crítica acima volta-se, em particular, às obras desses dois autores. Em ambos os casos, considero inadequada a interpretação de PRZEWORSKY.

Vimos que, para POULANTZAS (1975: 21 e 20), as ações dos dirigentes estatais explicam-se pela "**função objetiva**" da burocracia, que é a "realização" do papel do Estado: contribuir para a coesão do todo de uma formação social e para reproduzir as condições de produção de um sistema (o capitalismo) que implica dominação de

classe. Afirma ele (1975: 20; 1973: 427 e 242) que, para entender o comportamento daqueles dirigentes, não cabe considerar nem mesmo os "interesses da classe dominante", pois o Estado capitalista "não é um mero instrumento" dessa classe, mas "o Estado de uma sociedade dividida em classes" - que lhe cumpre reproduzir por **determinação estrutural**.

Já mostrei por que MILIBAND classifica essa visão da realidade como um "superdeterminismo estrutural". Um autor que lhe é muito distante, teórica e politicamente, tem julgamento semelhante, para David EASTON (1982: 134-5), trata-se de uma "teoria funcionalista do Estado", em que o "comportamento consciente de atores individuais ou grupais não tem qualquer papel", "as atividades do Estado são necessariamente eu-funcionais para a reprodução do modo de produção" e o "interesse ou vontade subjetiva não tem qualquer papel no resultado último."

Parece que estamos diante de um caso típico de "marxismo funcionalista", conforme o denomina PRZEWORKSKY (1995: 124). Como, então, este analisa o comportamento da "burocracia" **segundo POULANTZAS?** A conclusão a que chega surpreende:

"Às vezes, [POULANTZAS] cita limitações estruturais às instituições estatais no capitalismo; outras vezes, argumenta que a reprodução do capitalismo é do próprio interesse do aparato de Estado. Afinal, parece concluir que o Estado reproduz o capitalismo porque nenhuma força política capaz de se organizar coletivamente nesse sistema gostaria que o Estado fizesse outra coisa, ou, ao contrário, porque apenas aquelas forças políticas que gostariam que o Estado reproduzisse o capitalismo são capazes de se organizar nesse sistema: não estou certo acerca de qual das ditas opções é a mais correta." (PRZEWORKSKY, 1995: 106; negritos meus)

Ora, aí estão fatores **alheios** à explicação que POULANTZAS dá para as ações dos burocratas: "interesse" do próprio aparato de Estado e **vontade** da classe dominante.

Tratemos, agora, de como PRZEWORKSKY interpreta a explicação de MILIBAND para a atuação da "elite estatal". Segundo este último autor, como vimos, as causas básicas do comportamento dessa elite são a origem social de seus integrantes (**recrutados**, na grande maioria das vezes, nas classes médias e altas, às quais pertencem os empresários, econômica e socialmente), suas ligações com a classe dominante e os valores comuns aí existentes.

Pois bem: PRZEWORKSKY **altera** profundamente a explicação de MILIBAND e aponta uma suposta **identidade absoluta** entre a classe dominante e a elite estatal. Afirma que, **de acordo com MILIBAND**, "os Estados são **quase invariavelmente controlados pelos capitalistas**"; que "**os capitalistas controlam as instituições estatais** e as utilizam como **instrumentos para a realização de seus interesses**"; que "**as mesmas pessoas**" que, fora do aparelho de Estado, controlam uma "enorme parcela da riqueza" e derivam "privilégios dessa propriedade" são as que "fazem parte" daquele aparelho; que "a classe dominante é a **mesma** que a 'elite estatal'" (PRZEWORKSKY, 1995: 116; negritos meus)²⁰.

Assim, a crítica de PRZEWORKSKY citada acima — **justa** nos casos em que as ações dos gestores do Estado são **deduzidas** das necessidades de manutenção do capitalismo, sem que se especifiquem os **mecanismos** que os levam a esse comportamento — acaba não se dirigindo a POULANTZAS, ao qual

caberia. Já as razões pelas quais os "detentores do poder estatal" são "agentes do poder econômico privado", segundo MILIBAND, são apresentadas de modo inapropriado. Aliás, não me parece correto considerar "funcionalista" a obra do último autor. Seu procedimento **não** é definir, "**ex ante**" ou "**ex post**" (PRZEWORSKY, 1995: 112-3), as funções a serem preenchidas pelo Estado e ligá-las à implementação de políticas públicas coerentes com tais funções. O que ele faz é bem diferente: lançando mão de dados empíricos, analisa as desigualdades da sociedade capitalista, o Estado, as instituições que o integram, a composição social da "elite estatal" e, **a partir daí**, busca explicar o tipo predominante de ações dessa elite. Tipo **predominante**, porque MILIBAND (1972: 179 e 201) não vê o Estado, no capitalismo, como imune nem as disputas entre diferentes forças políticas nem, tampouco, a determinadas "campanhas altamente vitoriosas" de grupos organizados que não o empresariado — ainda que se trate de um a "competição desigual".

Ainda quanto à já citada crítica de PRZEWORSKY, saliento que ele mesmo **não descarta** os cerceamentos da "riqueza produtiva" sobre os gestores do Estado. "Ainda não sabemos **a maneira e o grau** em que a propriedade da riqueza produtiva constrange os governos." (PRZEWORSKY, 1995: 128; negrito meu) Se esse constrangimento existe em alguma medida e se, portanto, as ações dos governantes contribuem em algum grau para a manutenção do capitalismo, nem por isso é o caso de considerar que eles **buscam** fazê-lo de modo **necessariamente consciente**. Mas PRZEWORSKY parece atribuir

"voluntarismo" exatamente a teorias que classifica como "funcionalistas":

"Toda política pública constitui uma tentativa de implementar esses dois objetivos. O objetivo das instituições estatais, em todas as sociedades capitalistas, e promover a acumulação e a legitimação ... (...) ... todas as políticas públicas constituem um esforço para criar as condições necessárias para assegurar tal sobrevivência [do capitalismo]." (PRZEWORSKY, 1995: 91 e 92; negritos meus)²¹

Esse tipo de interpretação, é claro, não condiz com o "superdeterminismo estrutural" de POULANTZAS. Já de acordo com MILIBAND (1972: 94 **et seqs.** e 206), muitos líderes políticos favorecem a manutenção e o desenvolvimento do capitalismo sinceramente convictos de que atuam em benefício dos interesses nacionais, por exemplo. Não me parece descabido que isso possa ser explicado pelos processos de legitimação "extra-estatais" inseridos na socialização, à qual as pessoas são submetidas em porções significativas de suas vidas. Em geral, isso leva-as a internalizar como "naturais" os valores dominantes.²² Por que ocorreria de modo diferente com os dirigentes estatais?

Vejamos, a seguir, duas outras das críticas principais de PRZEWORSKY (1995) às "recentes teorias marxistas do Estado" Depois de apresentá-las, procuro comentá-las **em conjunto**.

CRÍTICA DE PRZEWORSKY: Do ponto de vista do autor, tanto as instituições como sua atuação decorrem permanentemente de conflitos. As políticas postas em prática pelos governos são sempre um resultado contingente de interações estratégicas entre as várias forças políticas, cujos interesses envolvem misturas de conflito e cooperação. A crítica que PRZEWORSKY dirige, a esse respeito, às "recentes teorias marxistas do

Estado" divide-se em dois aspectos, a meu ver. Por um lado, como elas partem do pressuposto de que aquilo que o Estado faz é sempre uma "função" para a reprodução do capitalismo, nelas **não há lugar para os conflitos**. Além disso, utilizando um "modelo incorreto" de luta de classes, cujos interesses são vistos como completamente irreconciliáveis, também não há como explicar as "interações estratégicas espontâneas" que ocorrem nas sociedades capitalistas (PRZEWORSKY, 1995: 88-9, 114-5 e 125-6).

CRÍTICA DE PRZEWORSKY: As "recentes teorias marxistas do Estado" partem da "hipótese central" de que "o capitalismo ainda existe apenas porque é apoiado pelas ações das instituições estatais" (PRZEWORSKY, 1995: 113), que fornecem condições favoráveis à acumulação e à legitimação. Desse modo, elas vêm-se com **difficuldade** não apenas para explicar as "repetidas situações em que a burguesia, ou pelo menos importantes grupos dela, aparecem como antiestatistas." Mais do que isso, para as teorias em questão, tornou-se difícil explicar o seguinte fato: "Os neoliberais se mobilizaram para reduzir a intervenção estatal, para desregular, reduzir a proteção, suprimir sindicatos, dismantelar o Estado do bem-estar; em suma, deixar o mercado funcionar por si." (PRZEWORSKY, 1995: 113 e 125)

Nesses dois conjuntos de observações, há várias questões complexas. Antes de mais nada, considero **justa** a crítica relativa à ausência de espaço para conflitos, **nos casos em que o Estado é visto como impermeável aos antagonismos sociais e como mero reprodutor do capitalismo**. Mas, de antemão, há algo que desautoriza

generalizações: o que afirmei, há pouco, sobre a **existência de disputas**, ainda que desiguais, na obra de MILIBAND (1972). Aliás, a consideração do caráter "desigual" da disputa política, no capitalismo, parece ser compartilhada por PRZEWORSKY (1995: 133; negrito meu):

"Nossa experiência cotidiana mostra que a liberdade e a participação podem conviver, e de fato convivem, com a pobreza e a opressão. Discutir democracia sem considerar a economia onde essa democracia vai funcionar é uma ação digna de um avestruz. ... mesmo uma democracia processualmente perfeita pode ser insuficiente para liquidar a pobreza e a opressão em face das ameaças originárias da propriedade privada "

Sendo assim, torna-se cada vez mais necessário **problematizar** o caráter espontâneo, voluntário, das interações estratégicas, no tocante aos trabalhadores. É claro que me refiro a isso de um ponto de vista substantivo, e não em termos formais. Consideremos a situação mais recente do capitalismo, forte e crescentemente desfavorável aos trabalhadores, mesmo no "Primeiro Mundo", como observa o próprio PRZEWORSKY (1995: 113):

"... a repressão sindical, a redução do sistema de bem-estar, a privatização do setor público e a diminuição das regulações aparecem crescentemente como uma alternativa crível e ameaçadora para o futuro do capitalismo..."

Se não podemos deixar de "considerar a economia onde a democracia funciona", é cada vez menos adequado, no capitalismo realmente existente hoje, falar em "interações estratégicas **espontâneas** entre assalariados, firmas e governos" (PRZEWORSKY, 1995: 125; negrito meu): parcelas significativas dos trabalhadores têm-se visto **forçadas a aceitar acordos por meio dos quais percam menos**. Volto a este assunto, mais adiante.

Passemos à questão que envolve o Estado, a sobrevivência do capitalismo e a "revolução neoliberal". Considerando o avanço das ideias e das práticas neoliberais, PRZEWORSKY (1995: 113) afirma: "... as [negrito meu] teorias marxistas do Estado fracassaram em sua hipótese central, a de que o capitalismo ainda existe apenas porque é apoiado pelas instituições estatais."

De fato, para os autores segundo os quais "apenas" o Estado mantém a sobrevivência do capitalismo e todas as ações do primeiro têm por "função" perpetuar o segundo, é difícil explicar a existência de importantes segmentos da burguesia favoráveis à "desestatização" e, mais ainda, o avanço político e ideológico dos defensores do "Estado mínimo". No entanto, ainda assim cabem **algumas observações** a esse respeito.

Em **primeiro lugar**, também nesse caso é inadequada a **generalização**.²³ Já me referi ao caráter "não-funcionalista" da obra de MILIBAND. Além disso, seu trabalho publicado originalmente em 1969 (MILIBAND, 1972: 92) já aponta a existência de **diferenças acentuadas** "a respeito da amplitude, do caráter e da incidência da intervenção" estatal, entre partidos e líderes políticos vinculados ao empresariado. No mesmo trabalho, não encontramos a idéia de que o Estado é "o" sustentáculo da manutenção do capitalismo. Pelo contrário, dois longos capítulos desse estudo (MILIBAND, 1972: 219-320) tratam de **instituições não-estatais** que, segundo o autor, favorecem a legitimação do sistema capitalista (partidos, Igreja, meios de comunicação de massa, escolas etc).

Em **segundo lugar**, procuremos pensar a "revolução neoliberal" num **contexto histórico**. Qual é esse contexto?

Sem entrar na discussão de **contradições** que — além do que menciono no parágrafo seguinte — possam estar sendo geradas paralelamente, o **fato** é que o capitalismo vem ganhando um **vigor inusitado**, nas últimas décadas. Relaciono umas poucas de suas características atuais: a crescente mundialização do processo de acumulação; a "financeirização" da riqueza, aliada a uma espantosa velocidade de deslocamento dos investimentos;²⁴ as fusões e incorporações, que geram conglomerados muito mais gigantescos do que os de algumas décadas atrás;²⁵ as profundas e rápidas mudanças que vêm ocorrendo na tecnologia e na própria organização do uso da força de trabalho, e que trazem um colossal crescimento da produtividade.

E quanto aos trabalhadores? Sua situação mostra que o capitalismo continua a desenvolver-se gerando contradições. Os mesmos fatores que propiciam o citado aumento de produtividade trazem, também, fortíssima tendência ao desemprego.²⁶ Essa situação tem efeitos óbvios sobre os salários, rebaixando-os (e, além disso, eia não pode ser desconsiderada, ao se analisar o recente recrudescimento de formas variadas de racismo, de nacionalismo exacerbado e de outros tipos de exclusão social). Devido à dificuldade crescente em obter e manter seus empregos, os trabalhadores, muitas vezes, vêm-se obrigados a fazer concessões, como negociar diminuições na jornada de trabalho e no salário, em troca da manutenção de postos de trabalho.²⁸ Crescem os números dos contratados a título precário e em tempo parcial, daqueles que trabalham fora das

normas instituídas, dos subcontradados: "O emprego estável, de tempo pleno, tornou-se um privilégio, do qual estão excluídos de 35% a 50% da população economicamente ativa britânica, francesa, alemã e norte-americana." (BERTERO, 1997. 45) Não bastasse tudo isso, e por razões apontadas adiante, os trabalhadores enfrentam um problema adicional, na atualidade: os serviços públicos fornecidos pelo Estado - a outra forma pela qual participam da riqueza social, além dos salários - estão cada vez mais na mira de políticos e empresários.

Ainda quanto ao **contexto** em que devemos pensar a "revolução neoliberal", outro ponto merece ser contemplado: uma **mudança no campo dos valores**, cujo início OFFE (1995. 306 **et seqs.**) situa por volta de meados dos anos 70, nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Trata-se de um "enfraquecimento geral dos compromettimentos de caráter solidário", um "processo de fragmentação, pluralização e, em última análise, individualização das condições e disposições de interesses sócio-econômicos [sic]." (OFFE, 1995: 307 e 306) Alimentada, a meu ver, pela posterior exacerbação da mais crua "lógica do mercado", essa transformação acabou desembocando naquilo que PORTANTIERO (1997. 6) nomeia como "vazio ético, derivado de um individualismo extremo", que cresce em detrimento de formas mais solidárias de agir e de encarar o mundo.

Levando em conta, então, a pujança atual do capitalismo, a situação profundamente adversa enfrentada hoje pelos trabalhadores e o enfraquecimento dos compromissos de caráter solidário, cabem algumas perguntas. Os trabalhadores não estariam, neste momento, muito mais fragilizados e

desarticulados para exigir serviços públicos? No campo da **legitimação** - hoje **tornada menos necessária** -, não teria diminuído a importância do Estado para a sobrevivência de um capitalismo mundializado e tão vigoroso? O mesmo contexto não deixaria os neoliberais muito mais à vontade em sua mobilização para "reduzir a intervenção estatal, ... desregular, reduzir a proteção, suprimir sindicatos, dismantelar o Estado do bem-estar social" (PRZEWORSKY, 1995: 113)? Creio que tudo isso pode ser respondido de modo **afirmativo**.

Minha **terceira observação** sobre as questões levantadas por PRZEWORSKY envolvendo o Estado, a sobrevivência do capitalismo e a "revolução neoliberal" parte de algo evidente, mas que não pode ser desconsiderado. Como acabamos de ver, o quadro desfavorável aos trabalhadores, no capitalismo contemporâneo, **não é**, de modo algum, devido apenas a fatores de ordem econômica. Afinal de contas, os neoliberais **não apenas mobilizaram-se** em favor das propostas citadas por PRZEWORSKY e transcritas acima. **Muito mais** do que isso, eles vêm **colocando em prática** seu receituário em várias partes do mundo, em governos que assumem, de formas mais ou menos explícitas, aquelas proposições. E qual é o resultado, quando governos procuram "deixar o mercado funcionar por si" (PRZEWORSKY, 1995: 113)?

"Nos países industrializados, a brecha entre ricos e pobres tem aumentado na última década. A economia de mercado não tem sensibilidade moral."

Quem faz essa consideração? Nada mais nada menos do que a revista britânica **The Economist**,²⁹ verdadeira "bíblia" do pensamento liberal, numa edição do final de 1994. Na verdade, juntamente com as

mudanças que vêm ocorrendo na economia, os ventos do neoliberalismo espalham desigualdades, pobreza e exclusão em diversas partes do mundo.³⁰

O decréscimo da intervenção estatal em importantes setores da vida social; o desmantelamento de serviços públicos, de infra-estrutura e de parte dos setores produtivos estatais — tudo isso são **decisões políticas**³¹ tomadas, formalmente, por **gestores do Estado**. Por paradoxal que pareça, dirigentes estatais implementam medidas extinguindo formas de intervenção e campos de atividades do próprio Estado. Com isso, a quem eles têm beneficiado? Os **resultados práticos** que essas decisões têm trazido, até o momento, já **parecem** indicar que o Estado, na sociedade capitalista, depois de tantas mudanças pelas quais ambos — Estado e sociedade — vêm passando nas últimas décadas, continua a ter um **forte componente de classe**. Porém, **dois fatos** dão-nos uma boa dose de **certeza** sobre isso.

Um deles é a **ampla e explícita concordância** da "elite" do empresariado mundial com medidas como as apontadas acima. No Fórum Econômico Mundial realizado em 1996, na Suíça, "a maior concentração de personalidades políticas, acadêmicas e empresariais" do planeta, "a palavra de ordem do empresariado e até dos políticos, com isoladas exceções, era a **necessidade de acabar com o Estado do Bem-Estar**, a pretexto de criar empregos e/ou dar competitividade às economias ..." (Folha de São Paulo, 11/02/96; negrito meu)³²

O **segundo** fato que aponto: apesar de tudo o que se tem falado sobre o "Estado mínimo", o "enxugamento" da máquina

estatal etc, os gastos globais do setor público **não se têm reduzido** e - mais grave - vêm sendo cada vez mais **monopolizados pelos mais poderosos segmentos do "mundo dos negócios"**.

Numa edição de setembro último, a revista britânica **The Economist** (citada pela **Folha de São Paulo**, 05/10/97) publicou um estudo que, tendo por referência os quatorze países mais ricos do mundo, conclui que "o gasto do poder público como porcentagem da economia total aumentou um ponto percentual", entre 1990 e 1996. Sendo este último um período de avanço da "revolução neoliberal" e considerando que **The Economist** é um arauto do liberalismo, pessoas desavisadas poderiam supor que tudo não passa de mera propaganda em defesa de um "enxugamento" ainda maior. Mas não é assim. TAVARES (1997), tomando por base um recente **relatório da ONU**, afirma: " o resultado dos programas de 'reformas' e de privatizações pelo mundo afora não foi tornar o Estado enxuto e redirecionado para a área social." Como exemplo, cita o caso da Inglaterra, "a pioneira das privatizações em larga escala, iniciadas há 15 anos" Aquele país, desde então,

"... reduziu o leque de beneficiários de seu sistema previdenciário, piorou a distribuição de renda, dos serviços básicos de água, de energia e de educação para a população mais pobre. Apesar disso, não reduziu o dispêndio global do setor público, por causa do aumento dos gastos com juros da dívida pública e as isenções fiscais aos grandes grupos privados ... " (TAVARES, 1997, negrito meu)³³

A "revolução neoliberal" não implica uma diminuição dos gastos estatais. Antes, o que há é uma **mudança substancial na forma como estes se distribuem**, em termos de sua **destinação**. Parte significativa dos recursos estatais vem-se **deslocando** da área social,

dos serviços públicos, para as mãos dos grupos empresariais mais poderosos e/ou mais bem articulados com os dirigentes máximos dos principais organismos do Estado.³⁴ Assim, o avanço do pensamento e da prática neoliberais está longe comprovar que o Estado, no capitalismo, não tem um forte conteúdo de classe, ou que deixou de tê-lo. Os fatos indicam o contrário: com esse avanço, o predomínio que os mais ricos e mais poderosos dentre os capitalistas exercem sobre o Estado está sendo levado ao paroxismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni (1997). A ironia da modernização : o "sujeito capital" como estranhamento universal. **Estudos de Sociologia**. Araraquara [Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UNESP], ano 2, a 2, p. 25-38.
- BERTERO, José Flávio (1997). Nem tudo se fragmentou : notas sobre um discurso de F. H. Cardoso. **Estudos de Sociologia**. Araraquara [Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UNESP], ano 2, a 2, p. 39-58.
- DRAIBE, Sônia M. (1993). As políticas sociais e o neoliberalismo (reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas). **Revista USP**. São Paulo, a 17, p. 86-101, mar./mai.
- EASTON, David (1982). O sistema político sitiado pelo Estado. In: LAMOUNTER, Bolívar (Org.). **A Ciência Política nos anos 80**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília.
- KURZ, Robert (1997). O mais inebriante dos vícios. **Folha de São Paulo**, 28 setembro. Mais!, p. 3.
- LINDBLOM, Charles E. (1981). **O processo de decisão política**. Brasília : Editora da Universidade de Brasília (Pensamento Político, 33)
- MARX, Karl (1973). **El capital: crítica de la Economía Política**. 2. ed., 8ª reimpressão. México : Fondo de Cultura Económica
- _____(1974). O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____ **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo : Abril Cultural. (Os Pensadores, 35)
- _____(1979). O poder estatal [extrato de **A guerra civil na França**]. In: _____. Sociologia [Org. e Intr. de Octávio IANNI]. São Paulo : Atica (Grandes Cientistas Sociais, 10)
- MILIBAND, Ralph (1972). **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro : Zahar. (Biblioteca de Ciências Sociais)
- _____(1975). O Estado capitalista . resposta a Nicos Poulantzas. In: _____ & POULANTZAS, Nicos. **Debate sobre o Estado capitalista**. Porto : Afrontamento. (Crítica e Sociedade, 2)
- OFFE, Claus (1995). **Capitalismo desorganizado : transformações contemporâneas do trabalho e da política** 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo : Brasiliense.
- PORTANTIERO, Juan Carlos (1997). Os socialismos perante o século XXI. **Estudos de Sociologia**. Araraquara [Departamento de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UNESP], ano 2, a 2, p. 3-9.
- POULANTZAS, Nicos (1973). **Poder político e dases sociales en el Estado capitalista** 7. ed. México : Siglo Veintiuno.
- _____(1975). O problema do Estado capitalista In: MILIBAND, Ralph & _____. op. cit.
- PRZEWORSKY, Adam (1995). **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará.
- TAVARES, Maria da Conceição (1997). Globalização e o Estado nacional. **Folha de São Paulo**, 12 outubro. Dinheiro, p. 4.

¹ "A discussão marxista a respeito do Estado foi excepcionalmente prolixa por aproximadamente vinte anos, após 1968." (PRZEWORSKY, 1995: 92)

² Neste artigo, sintetizo algumas das reflexões a que cheguei a partir da preparação e da apresentação de um seminário peio qual fui responsável, versando sobre o desenvolvimento recente da teoria marxista do Estado e a lógica da intervenção estatal. O seminário ocorreu no primeiro semestre de 1996, na disciplina Políticas Públicas e Cidadania, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNESP (Campus de Araraquara).

³ Esse fato explica a grafia dos trechos dessa publicação que transcrevo neste artigo. Julgo oportuno destacar que, anos mais tarde, em 1976, POULANTZAS publicou o outro artigo, também na **New Left Review** (The Capitalist State : a Reply to Milibard and Ladau), apresentando sua tréplica a MILIBAND, embora não abordasse apenas formulações deste último autor.

⁴ Mais especificamente, tomam como objeto privilegiado de análise o Estado das sociedades que, em termos marxistas, têm sido chamadas "capitalistas centrais" e nas quais vige a "democracia burguesa".

⁵ MILIBAND (1972: 36-87; 1975: 37-8 e 40 et seqs.) não vê incompatibilidade entre a existência de elites, tais como os **managers** e os dirigentes das várias instituições estatais, e a

existência de uma classe dominante considerando as primeiras como "partes integrantes dessa classe" (MILIBANO, 1975: 38). Já POULANTZAS (1973: passim, especialmente 425 et seqs.; 1975: 12 et seqs.) nega qualquer validade às teorias das elites, encarando este termo como uma "noção Ideológica" (POULANTZAS, 1975: 12; negrito no original). Para ele, as várias frações da burguesia correspondem, de modo exclusivo, às frações do capital: capital monopolista comprador, capital industrial, capital financeiro etc. (POULANTZAS, 1975: 17-8)

⁶ Os trechos em negrito encontram-se assim no original. O mesmo é válido para as citações que se seguem, a não ser quando explícito o contrário.

⁷ O próprio POULANTZAS (1975: 10), em sua crítica a MILIBAND, reconhece que este recorre "de forma rigorosa a uma formidável massa de informação empírica no exame das frações sociais concretas dos E.U.A., Inglaterra França, Alemanha ou Japão". Segundo PRZEWORKSKY (1995: 116), o argumento de MILIBAND (1972) sobre a composição da elite estatal sustenta-se em "uma série impressionante de fatos".

⁸ Segundo MILIBAND (1972: 85), mesmo nos casos - excepcionais — em que membros das classes subordinadas conseguem ascender a posições de elite no sistema estatal, tende a haver um processo de "aburguesamento" dos "elementos mais capazes e Impulsivos" dessas classes, que passam, então, a "fazer parte, em todos os sentidos importantes, da classe social à qual sua posição, sua renda e status lhe [sic] dá [sic] acesso."

⁹ No original, "equiparam". Trata-se, é claro, de um erro de impressão.

¹⁰ Mais tarde, em sua réplica a POULANTZAS (1975), MILIBAND (1975: 43) faz menção às "coações estruturais do sistema" a que estão sujeitos "o governo e a burocracia, independentemente da origem social, da situação de classe e até das disposições ideológicas" que apresentem seus componentes, reconhecendo que talvez eu devesse ter reforçado mais esse aspecto da questão."

¹¹ Há, aí, algo curioso. O autor define-se como marxista, mas, ao reduzir os homens a meros "suportes" de estruturas, faz um corte naquilo que, em MARX, constitui um processo ininterrupto de determinação recíproca entre a atuação humana (a praxis) e a realidade social — ou entre práticas e estruturas, para usar a terminologia do próprio POULANTZAS. Para MARX, há relações dialéticas entre esses elementos: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado." (MARX, 1974: 335; negritos meus) É óbvio que, para o autor, as circunstâncias "legadas e transmitidas pelo passado", que agem sobre os homens no "presente", são por sua vez, resultantes de ações humanas realizadas em momentos anteriores.

¹² O Estado capitalista não é "um mero instrumento de domínio da classe dominante", mas, sim, "o Estado de uma sociedade dividida em classes." (POULANTZAS, 1973: 427 e 242)

¹³ O teor dessa segunda assertiva está presente em inúmeras passagens do texto de PRZEWORKSKY, o mesmo ocorrendo com os conteúdos das assertivas que vêm a seguir, em minha exposição. Num das vezes em que o autor menciona as principais causas apontadas para a fim da "reprodução espontânea" do capitalismo, estão incluídos, "o crescimento dos oligopólios, a taxa decrescente de lucros, a escala

crescente dos investimentos, as recorrentes crises de demanda, as crescentes dificuldades de legitimação e a militância da classe trabalhadora." (PRZEWORKSKY, 1995: 87-8)

¹⁴ A "dieta padrão" dessas funções inclui "a garantia dos direitos de propriedade, a Kberattzcação econômica, a Intervenção para o consenso social e o gerenciamento das relações externas". Há quem acrescente "a necessidade estatal de treinar a força de trabalho, socializar os gastos em pesquisa e desenvolvimento, facilitar as comunicações etc.", enquanto outros autores apresentam teta ainda mais extensa (PRZEWORKSKY, 1995: 91).

¹⁵ Em **A guerra civil na França**, MARX (1979: 203) afirma, a propósito do parlamentarismo nesse país: "... com a irresistível sedução de seus cargos, nomeações a empregos, [o governo] acabou tornando-se o pomo da discórdia e entre as frações rivais e os aventureiros das classes dominantes ..."

¹⁶ "O estabelecimento [legal] de uma jornada normal de trabalho é ... fruto de uma prolongada e difícil guerra civil, mais ou menos encoberta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora." (MARX, 1973, 1: 238) Na década de 70 do século passado, "o parlamento inglês renunciou às leis contrárias às greves e às Trade Unkms contra a vontade e pressionado pelas massas..." (MARX, 1973, 1: 630)

¹⁷ Aínda assim, essa presença não era nada desprezível, aos olhos de MARX. Ele se refere (1974: 401) ao Poder Executivo, na França, como uma "imensa organização burocrática e miultar, com sua engenhosa máquina do Estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais de meio milhão de tropas regulares, ... tremendo corpo de parasitos que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros ..." Menciona pontes, edifícios escolares, propriedades comunais de aldeias, estradas de ferro, a universidade e a riqueza nacional como exemplos de áreas que se tomavam "objeto da atividade do governo" (MARX, 1974: 402).

¹⁸ Segundo o autor, a legislação Imitando a jornada de trabalho teve início apenas depois de que "a classe trabalhadora ... começou o movimento de resistência" contra o constante aumento do número de horas trabalhadas. Quanto aos legisladores, estavam "tão longe ... de querer e atentar contra a liberdade do capital, que, durante 30 anos, as concessões arrancadas pelos trabalhadores foram puramente nominais. De 1802 a 1833, o parlamento promulgou cinco leis regulamentando o trabalho, mas foi astuto o suficiente para não votar um só centavo destinado a sua execução, a dotações para o pessoal burocrático necessário etc." (MARX, 1973, 1: 219 e 220) Vale lembrar que, na teoria de MARX, a dimensão da jornada de trabalho tem grande importância para a acumulação de capital: afeta diretamente a "taxa de mais-valia".

¹⁹ De acordo com PRZEWORKSKY (1995: 112-3 e 102-3), essa dificuldade desdobra-se em outras, correlatas. Como saber determinar "ex ante" o que é necessário fazer para reproduzir o capitalismo? Por que os Estados implementam determinadas políticas em favor dessa reprodução, e não outras, que, por hipótese, poderiam ter efeito semelhante? Além disso tudo, as teorias em questão deveriam especificar, ao invés de deixar às "contingências", as condições em que o Estado, buscando cumprir sua função, poderia fracassar.

²⁰ Já mencionei que, segundo MILIBAND (1972: 79-84), a participação empresarial na ente estatal é relativamente pouco expressiva. Em outra passagem da mesma obra (MILIBAND, 1972: 211), referindo-se aos Estados Unidos,

afirma ele que "os membros das classes superiores e os detentores de poder econômico não tomam necessariamente, nem mesmo frequentemente, parte direta no governo local e regional."

²¹ Ainda a respeito dessa interpretação "voluntarista", veja-se: PRZEWORSKY (1995: 98, 112 e 113)

²² Assim, LINDBLOM (1981: 9 e 104-9) afirma que, com frequência, muitos temas nem chegam a ser cogitados para integrar a agenda política — "especialmente os que desafiam os princípios fundamentais do próprio sistema político-econômico", como 'a eliminação da propriedade privada' —, considerando que isso deve-se ao "aprendizado social", que, realizado no contexto de uma "competição de ideias ... largamente desigual", gera uma "homogeneização das opiniões" favorável aos "ricos" e aos "homens de negócios".

²³ Além da última transcrição de PRZEWORSKY (1995) apresentada acima, observe-se a seguinte, igualmente generalizante: "De acordo com as teorias marxistas do Estado que floresceram durante as décadas de 60 e 70, a sobrevivência do capitalismo tornou-se possível apenas em razão do papel jogado pelo Estado." (PRZEWORSKY, 1995: 87; negritos meus)

²⁴ "Enquanto a economia mundial cresce por volta de 2% a 3%, o curso das ações sobe de 10 a 20 vezes mais ... (...) Na própria periferia do mercado mundial, no meio dos oceanos de pobreza, floresce a aposta com títulos." (KURZ, 1997; negrito meu) "Surge, nas últimas décadas, um sistema financeiro global altamente integrado, coordenado pelas comunicações instantâneas, que instaura um mercado de ações global, um mercado futuro de mercadorias (e até de dívidas) globais". O "capital planetário, voltado para a especulação financeira", atinge hoje "cerca de US\$ 30 trilhões" (ALVES, 1997: 28).

²⁵ "... a onda atual [de fusões e aquisições] simplesmente não tem precedentes. (...) Em 95 foram 22 milhões de operações (ou US\$ 871 bilhões). No começo do século [primeira onda de fusões e aquisições], eram 1.200." (Folha de São Paulo, 07/09/97; dados de uma pesquisa do Cebrap então em fase de conclusão)

²⁶ A FIET, uma federação sindical mundial, encaminhou ao Fórum Econômico Mundial realizado em 1996, na Suíça, um documento informando que "da força de trabalho mundial (2,4 bilhões de pessoas), 125 milhões estão desempregadas e outras 625 milhões subempregadas. No total, portanto, há ao menos 750 milhões de seres humanos à margem do jogo — ou 31% aproximadamente da força de trabalho planetária." (Folha de São Paulo, 10/02/96; as palavras entre aspas são do jornalista autor da matéria, e não do documento original) Observe-se, porém, que o "desemprego não é mais privilégio dos países pobres. (...) Na Alemanha, ... chega perto de 10%; na Itália, 11%; na França, 12%; na Bélgica, 14%, e na Espanha, 25%." (BERTERO, 1997: 44)

²⁷ Nos Estados Unidos, por exemplo, "entre 70 e 92, a economia ... cresceu 76%" (Folha de São Paulo, 30/01/96), mas, em 1995, "o salário semanal líquido do trabalhador industrial era, na média", ligeiramente menor do que o de 16 anos antes (Folha de São Paulo, 22/07/97).

²⁸ No início de 1996, na Alemanha, foi criada uma "Aliança para o Emprego", "cujo objetivo é reduzir o desemprego, até o ano 2000, dos quase 10% da força de trabalho para 5%. Como? Entre outros pontos, por meio da transformação das horas extras em novos empregos e da diminuição da jornada de trabalho." (Folha de São Paulo, 30/01/96)

²⁹ Citada pela Folha de São Paulo, 15/02/96.

³⁰ Nos Estados Unidos, "em 1975, os 20% mais ricos ficavam com 43% da renda do país. Vinte anos depois, abocanhavam 49%" (Folha de São Paulo, 22/06/97) Por outro lado, entre o penúltimo e o último censos realizados no mesmo país, os rendimentos dos 20% mais pobres apresentaram uma queda absoluta de 1,8%, além de ter crescido em "500 milhões de pessoas" o contingente dos miseráveis ("aqueles cujos rendimentos são inferiores à metade do nível oficial de pobreza") (Folha de São Paulo, 05/10/97; negrito meu). Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, "o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia em todo o mundo" constitui uma "massa de 1,3 bilhão de pessoas que cresce à taxa impressionante de 25 milhões por ano." (Folha de São Paulo, 07/09/97; negritos meus)

³¹ "... idealizando a especialização e a competência, a ideologia neoliberal projeta uma cultura política 'despolitizada', movida pela busca de soluções ágeis e eficientes." (DRAIBE, 1993: 88-9)

³² "... a crítica mais acerba dos neoliberais ao Estado iniciou-se pelo ataque ao Estado do bem-estar social, ampliando-se posteriormente para abranger toda a concepção keynesiana de intervenção pública na economia." (DRAIBE, 1993: 89; negrito meu)

³³ Evidencia-se a necessidade de pesquisas empíricas sobre casos concretos de "saneamento" de finanças públicas, demonstrando, pelo menos: a) quais as áreas das políticas públicas mais atingidas pelos "cortes" realizados; b) a dimensão dos gastos estatais para viabilizar projetos de privatização e c) a magnitude e a(s) forma(s) de eventuais apoios governamentais a empresas privadas que realizam "parcerias" com o Estado. Isso, sem contar o auxílio governamental a fusões e incorporações efetuadas no setor privado, os gastos públicos com o "saneamento" de empresas particulares em processo de falência, os incentivos creditícios e a "renúncia fiscal" por parte do Estado etc. — tudo, é claro, em plena época de 'deixar o mercado funcionar por si'...

³⁴ No período em que finalizo a redação deste artigo, a imprensa tem sido pródiga na comprovação desse deslocamento (ou de novas intenções nesse sentido), no caso brasileiro. Embora a população venha sendo bombardeada com a ideia de que as privatizações visam concentrar os gastos do Estado nas "áreas sociais", e mesmo depois de diversas e grandes empresas estatais já terem sido privatizadas, o presidente do Banco Central defende o fim da gratuidade nas Universidades públicas (Folha de São Paulo, 12/10/97) e o ministro da Saúde afirma que não é "obrigação do Estado assumir integralmente a prestação ou o financiamento da saúde." (Folha de São Paulo, 19/10/97) Enquanto "faltam" recursos para áreas tão supérfluas, apenas o governo federal deve deixar de arrecadar, em 1997, mais de R\$ 15,3 bilhões de impostos, devido a isenções fiscais, muitas delas tão absurdamente injustificáveis, que motivaram um editorial com título mais do que sugestivo: "O ralo das isenções fiscais" (Folha de São Paulo, 05/10/97). Além disso, negócios particulares são "bancados pelo dinheiro público", com "enormes incentivos creditícios", como é o caso de montadoras, e a "transferência da propriedade de patrimônio público" para o setor privado é "financiada (pasmese!) com a poupança forçada dos trabalhadores", por iniciativa do BNDES (TAVARES, 1997).